

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 216 – 13/09 à 17/09/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Incidência e letalidade dos acidentes do trabalho apresentam queda nos últimos anos](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 15/09/2021

A quantidade de acidentes do trabalho no Brasil caiu de 725.664, em 2013, para 582.507, em 2019 (números absolutos). A taxa de incidência – que considera o número de acidentes em relação ao número médio anual de vínculos – também apresentou queda durante o mesmo período, saindo de 16,93 para 13,97. Os dados foram apresentados pelo coordenador-geral de Benefícios de Risco e Reabilitação Profissional, Orion Oliveira, durante uma live da Campanha Nacional de Acidentes do Trabalho (Campat 2021).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF decide que cabe à Justiça do Trabalho julgar ações sobre reflexos de verbas nas contribuições de previdência privada](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/09/2021

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra o empregador nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições para a entidade de previdência privada a ele vinculada. A decisão se deu no julgamento do Recurso Extraordinário ([RE 1265564](#)), que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1166) e, no mérito, reafirmação da jurisprudência sobre a matéria.

[Carteiro dependente químico dispensado por justa causa será reintegrado no emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a reintegração de um carteiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que fora dispensado por justa causa ao apresentar atestados médicos falsos para justificar faltas. A determinação levou em conta que as infrações foram cometidas sob os efeitos de dependência química de drogas e que a rescisão só ocorreu dois anos depois, quando o trabalhador estava em fase avançada de tratamento.

[Pedido anterior à aposentadoria por invalidez não afasta direito de bancário de ajuizar nova ação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/09/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou o retorno ao juízo de primeiro grau da reclamação trabalhista em que um bancário pede a condenação do Banco Santander (Brasil) S.A. ao pagamento de indenização por danos morais e materiais

decorrentes de sua incapacidade permanente para o trabalho. Ele já havia ajuizado outra ação antes de ser aposentado por invalidez, mas, para o colegiado, as causas de pedir são diversas nas duas ações: na primeira, era a existência de doença ocupacional, e, na segunda, é a incapacidade total e permanente para o trabalho, decorrente da consolidação dos efeitos da doença.

[Loja de material esportivo não terá de indenizar assistente por revista moderada em bolsa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/09/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que a revista moderada realizada na bolsa de uma assistente da SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (Rede Centauro), em Salvador (BA), não configura dano moral. Segundo o colegiado, não ficaram evidenciados excessos praticados pelo empregador ou por seus representantes que justifiquem o dever de indenizar.

[Indenização a empregado de fábrica de pneus deve ser proporcional à incapacidade para o trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/09/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de 12,5% para 50% da remuneração a indenização a ser paga pela Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda. a um empregado que teve a capacidade de trabalho reduzida por lesões derivadas de movimentos repetitivos. A decisão levou em conta que o trabalho contribuiu, nessa proporção, para a incapacidade total para o exercício da profissão.

[Demora em ajuizar ação não afasta direito de auxiliar de cobrança à rescisão indireta](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/09/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de uma auxiliar de cobrança da Millennium Recuperação de Ativo e Cobranças Ltda., de Várzea Paulista (SP), e da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., de Santo Amaro (SP), em razão do descumprimento do contrato de trabalho. Nessa modalidade de ruptura, equivalente à falta grave do empregador, a empresa deve pagar todas as verbas rescisórias devidas no caso da dispensa imotivada.

[Hotel e administrador não terão de recolher INSS sobre parcelas indenizatórias previstas em acordo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/09/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou válido um acordo homologado em juízo entre a Mucugê Village Resort Hotel S.A., de Belo Horizonte (MG), e um administrador de obra, e afastou a incidência de contribuições previdenciárias sobre o valor acordado. Como não houve o reconhecimento de vínculo de emprego, o colegiado concluiu que o valor não fora fixado de forma genérica, tratando-se de parcelas devidamente discriminadas de natureza indenizatória.

[Programa “Jornada” fala da adaptação de idosos às novas tecnologias no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/09/2021

A inserção de idosos no mundo digital ganha destaque no terceiro episódio do programa “Jornada”, lançado nesta segunda-feira (13), no [canal do Tribunal Superior do Trabalho \(TST\), no YouTube](#). O programa apresenta os desafios enfrentados por profissionais acima de 60 anos para se adaptarem a um mercado de trabalho cada vez mais digital. Com o distanciamento imposto para evitar a propagação do novo coronavírus, eles tiveram que aprender a utilizar ferramentas virtuais para seguirem trabalhando.



Notícias do Executivo

[Ferramenta com informações de acidentes do trabalho é lançada durante live da Canpat](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 15/09/2021

Já está disponível no Radar SIT um novo painel com dados e estatísticas referentes aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais ocorridas no Brasil (sit.trabalho.gov.br/radar). A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho lançou a ferramenta, nesta quarta-feira (15), durante uma live da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat). A nova função consolida dados das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT). Nesta primeira versão, a ferramenta está carregada com dados de 1º de janeiro de 2014 a 7 de junho de 2021.

[Ministério da Economia mantém projeção de crescimento do PIB em 5,3% neste ano](#)

Ministério da Economia - 17/09/2021

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou, nesta quinta-feira (16/9), a edição de setembro do [Boletim Macrofiscal](#) e a versão atualizada do [Panorama Macroeconômico](#). Os documentos mostram que a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 é de 5,3%, ou seja, foi mantido o percentual presente na última grade de parâmetros.

[Receita Federal notifica devedores do Simples Nacional](#)

Ministério da Economia - 14/09/2021

A Receita Federal notificou as 440.480 maiores empresas devedoras do Simples Nacional, com valor pendente de regularização correspondente a um total de dívidas em torno de R\$ 35 bilhões. Para evitar a sua exclusão do Simples Nacional a partir de 1º/1/2022, a empresa deve regularizar a totalidade dos seus débitos, por meio de pagamento ou parcelamento, no prazo de 30 dias a contar da data de ciência do Termo de Exclusão.

[Conselho Curador aprova medidas que facilitam financiamento para aquisição da casa própria](#)

Ministério da Economia - 13/09/2021

O Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) aprovou nesta segunda-feira (13/9) medidas que visam facilitar as contratações de financiamento para aquisição da casa própria com o uso dos recursos do Fundo. Entre elas estão o reajuste dos limites de valor do imóvel para enquadramento na habitação popular e o aumento no desconto concedido para fins de redução no valor das prestações para famílias com renda familiar mensal de até R\$ 2 mil. As medidas foram aprovadas durante a 181ª reunião do Conselho, no dia em que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) completa 55 anos.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e PRF firmam cooperação para fortalecer combate às irregularidades trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/09/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) firmaram nesta terça-feira (14) um [acordo de cooperação técnica](#) para o desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas, ao trabalho infantil, às fraudes trabalhistas e às violações ao meio ambiente do trabalho. A parceria vai estimular o intercâmbio de experiências, dados, sistemas e tecnologias.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[GT da Coetrae-SP finaliza proposta de alteração do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/09/2021

Nesta quinta-feira, 16 de setembro, durante reunião virtual, o Grupo de Trabalho criado para revisar o Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo no Estado de São Paulo finalizou a proposta de alteração do texto do Plano Estadual. O Grupo de Trabalho foi instituído pela Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo (Coetrae/SP) e conta com a participação do SINAIT, da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo (SRTE/SP), da Repórter Brasil, além de outras entidades nacionais e estaduais.

[SIT lança painel com estatísticas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, no Radar](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/09/2021

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho lançou na manhã desta quarta-feira, 15 de setembro, um novo painel no [Radar SIT](#), com dados e estatísticas referentes a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos no País. Trata-se de importante ferramenta para prevenção de acidentes de trabalho, pois possibilitará que toda a sociedade, especialmente as representações de trabalhadores e empregadores, estude a acidentalidade do setor, de modo a possibilitar a adoção de medidas de prevenção de novos acidentes

Outras Notícias

[Empregada que demorou a solicitar licença-adoptante não tem direito ao benefício](#)

Consultor Jurídico - 19/09/2021

Reconhecendo que o pedido foi apresentado tardiamente, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região reformou decisão que concedeu licença-adoptante para uma funcionária. No caso, uma empregada solicitou licença maternidade em fevereiro de 2019, tendo em vista ter obtido êxito no pedido de guarda de uma criança, porém teve seu pedido negado pela empresa.

[Justiça do Trabalho promove a Semana da Conciliação e Execução Trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2021

Entre os dias 20 e 24 de setembro, acontece a Semana Nacional da Conciliação e Execução Trabalhista. O mutirão busca encerrar conflitos trabalhistas e garantir o pagamento de dívidas já determinadas pela Justiça. Os casos com potencial conciliatório serão incluídos em pauta de audiência por iniciativa do juízo ou pela inscrição das partes, com preferência para os processos em fase de execução, liquidados e não pagos. As inscrições se encerraram em 15 de agosto.

[Empregador não precisa indenizar funcionário por lesão em jogo da empresa](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2021

Para que o acidente sofrido fora do local e horário de trabalho seja equiparado ao acidente de trabalho, é necessário que a situação tenha ocorrido enquanto o trabalhador estava a serviço do empregador. Assim, a 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região negou indenização por dano material e moral a um empregado que se lesionou quando representava sua empresa em um jogo de futebol de salão.

[Desembargador garante afastamento remunerado de empregada gestante](#)

Consultor Jurídico - 17/09/2021

A quarentena é uma medida emergencial de saúde pública para enfrentamento da crise sanitária e não equivale ao estado de calamidade pública em si decorrente da Covid-19. Com esse entendimento, o desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, negou liminar e manteve a obrigação de uma empresa de terceirização de afastar uma empregada grávida sem prejuízo do seu salário. A empresa alegava que o afastamento não mais seria necessário, já que um decreto paulista previu que a quarentena se encerraria em 16 de agosto deste ano.

[Juízes trabalhistas substituem partes e resistem a acordos](#)

Consultor Jurídico - 15/09/2021

A livre negociação das relações de trabalho foi um dos principais pontos da reforma trabalhista — em parte responsável por reduzir o número de novos processos na Justiça do Trabalho quase pela metade entre 2017 e 2020, chegando a 2,5 milhões de novos casos. Os acordos judiciais atingem hoje 45% do total de processos, e o “acordo extrajudicial” se consolidou, movimentando mais de R\$1 bilhão no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, com atuação na Grande São Paulo.

[Devedoras do mesmo grupo econômico têm de participar de fase de conhecimento](#)

Consultor Jurídico - 14/09/2021

A decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte, viola a cláusula de reserva de plenário. Com esse entendimento, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, deu provimento a um recurso extraordinário para cassar decisão recorrida e determinar que outra seja proferida com observância do artigo 97 da Constituição.



Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA Nº 50, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 13/09/2021 Seção I Pág. 134) - Dispõe sobre o cumprimento das Ações Cíveis Públicas em face do parágrafo único do art. 97 do Decreto nº 3.048/1999, redação dada pelo Decreto nº 10.410/2020;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.008, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/09/2021 Seção I Pág. 252) - Altera a Resolução CCFGTS nº 702, de 4 de outubro de 2012, que estabelece as diretrizes para a elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.009, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/09/2021 Seção I Pág. 252) - Aprova a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico, para o exercício de 2021, e do orçamento plurianual de aplicação, para o período 2022-2024, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e altera, temporariamente, as taxas de juros nominais de que tratam o art. 32 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2020, a Resolução CCFGTS nº 542, de 30 de outubro de 2007, e a Resolução CGFGTS nº 909, de 27 de novembro de 2018;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.010, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/09/2021 Seção I Pág. 255) - Aprova a meta, para o exercício de 2021, do indicador estratégico do FGTS “Despesa por transação”, estabelecido na Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030, sob responsabilidade do Agente Operador;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.011, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/09/2021 Seção I Pág. 255) - Referenda a Resolução CCFGTS nº 1.007, de 25 de agosto de 2021, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CMN Nº 4.945, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 16/09/2021 Seção I Pág. 41) - Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade;

[PORTARIA INSS N° 1.338, DE 23 DE AGOSTO DE 2021](#) (DOU de 16/09/2021 Seção I Pág. 125)
- Dispõe sobre a suspensão de atos normativos publicados em cumprimento às Ações Civis Públicas envolvendo prazo para atendimento em face do Acordo Homologado em Plenário do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1.171.152/SC;

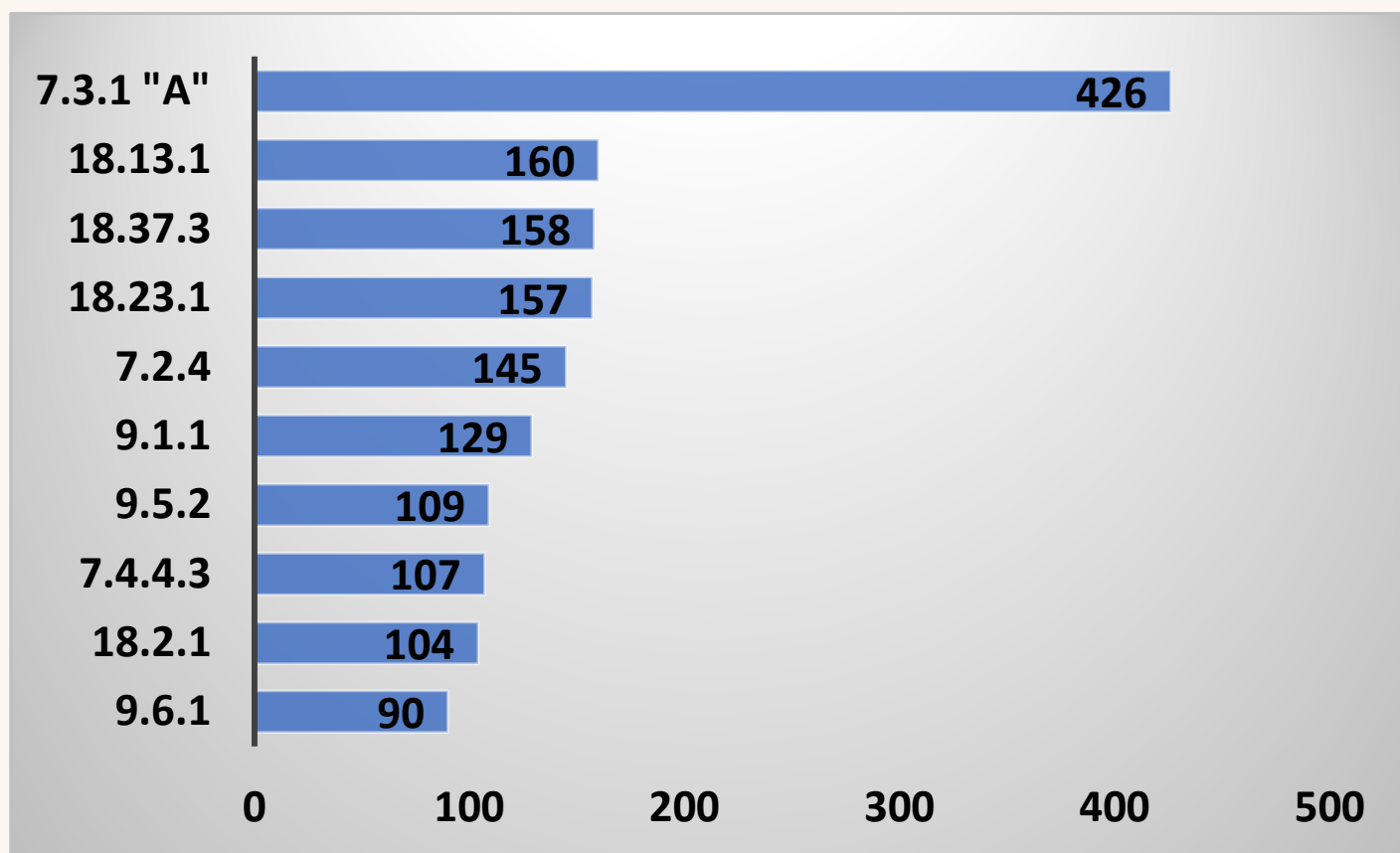
[PORTARIA INSS N° 1.348, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 16/09/2021 Seção I Pág. 126) - Estabelece a composição, organização e atividades a serem realizadas pelas equipes multiprofissionais da área de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do INSS;

[RETIFICAÇÃO](#) (DOU de 17/09/2021 Seção I Pág. 110) - No Art. 7º da PORTARIA CONJUNTA N° 50/DIRBEN/PFE/INSS, DE 09 DE SETEMBRO DE 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de setembro de 2021 , Seção 1, página 134.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/jul):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

7.2.4 O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambien

te de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

9.5.2 Os empregadores deverão informar os trabalhadores de maneira apropriada e suficiente sobre os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho e sobre os meios disponíveis para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos.

7.4.4.3 O ASO deverá conter no mínimo:

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- endereço correto da obra;
- endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- tipo de obra;
- datas previstas do início e conclusão da obra;
- número máximo previsto de trabalhadores na obra

9.6.1 Sempre que vários empregadores realizem, simultaneamente, atividades no mesmo local de trabalho terão o dever de executar ações integradas para aplicar as medidas previstas no PPRA visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ambientais gerados.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula